

## Relatório Sobre o Tráfico de Pessoas 2016

### Guiné-Bissau: Nível 3

O governo da Guiné-Bissau não cumpre integralmente os padrões mínimos para a eliminação do tráfico e não está a envidar esforços significativos nesse sentido. Por conseguinte, a Guiné-Bissau permaneceu no Nível 3. Não obstante a ausência de esforços significativos, o governo deu alguns passos no sentido de fazer face ao tráfico. O Comité Directivo Interministerial para o Combate ao Tráfico de Pessoas reuniu-se novamente e elaborou dois planos de acção preliminares para apoiar os estudantes guineenses - conhecidos como *talibés* - explorados por professores corânicos — denominados *marabutos* — no Senegal, e associou-se a uma ONG e uma organização internacional para repatriar algumas destas vítimas. O governo continuou a afectar fundos moderados para uma ONG que fornecia abrigo e apoio ao repatriamento a vítimas do tráfico. Embora as autoridades de nível médio tenham envidado alguns esforços para fazer face ao tráfico de pessoas, a falta de recursos dedicados e de envolvimento a alto nível gorou as acções de combate ao tráfico, pelo quinto ano consecutivo. A destituição de dois governos por parte do Presidente, durante o período em análise, criou praticamente um vácuo de governação assim como uma rotação contínua de altas autoridades responsáveis pela aplicação da lei e de ministérios de serviços sociais. O governo não investigou, processou nem condenou nenhum traficante; não identificou quaisquer vítimas de tráfico nem investigou denúncias de turismo sexual infantil. A Guiné-Bissau nunca processou nem condenou nenhum traficante.

### RECOMENDAÇÕES PARA A GUINÉ-BISSAU

Investigar vigorosamente e processar os crimes de tráfico e condenar e punir os traficantes, nomeadamente os *marabutos* que sujeitam rapazes à mendicância forçada e hotéis que facilitam o turismo sexual infantil no Arquipélago das Bijagós; aumentar o financiamento de ONG para garantir que todas as vítimas identificadas — especialmente os *talibés* — são repatriadas e recebem serviços, minimizando desta forma a probabilidade de reincidência de tráfico, e intensificar os esforços para coordenar o repatriamento destas vítimas com o governo do Senegal; instruir o pessoal judicial sobre a lei de combate ao tráfico de 2011; elaborar um programa nacional eficaz de combate ao tráfico, por meio de reuniões periódicas do comité de combate ao tráfico e da afectação de recursos financeiros para as suas respectivas actividades; registar, por escrito, os procedimentos formais para identificar e encaminhar as vítimas do tráfico para serviços e formar as autoridades de cumprimento da lei nesses procedimentos; intensificar significativamente as campanhas de sensibilização sobre o tráfico de pessoas, especialmente a mendicância forçada e o tráfico sexual infantil; responsabilizar as autoridades do governo pela

cumplicidade com o tráfico, designadamente a ausência de investigação dos alegados crimes de tráfico e esforços para interferir em investigações em curso e, em colaboração com as ONG, disponibilizar espaço e instalações adequadas para um abrigo de vítimas em Bissau.

## **PROCESSAMENTO JUDICIAL**

O governo continuou a envidar esforços mínimos de aplicação da lei. A Lei 12/2011 proíbe todas as formas de tráfico de pessoas e impõe sanções penais de três a 15 anos de prisão e o confisco de quaisquer produtos do crime. O Código da Criança de 2009 proíbe todas as formas de trabalho forçado infantil e de tráfico sexual e impõe sanções penais de três a 10 anos de prisão e o confisco de quaisquer produtos do crime. Estas sanções penais são suficientemente rigorosas e proporcionais às sanções impostas para outros crimes graves, tais como a violação. O governo não usou estas, nem outras, leis para processar casos de tráfico durante o período em análise. Pelo segundo ano consecutivo, o governo não relatou quaisquer investigações, processamentos ou condenações por crimes de tráfico; o governo nunca processou nem condenou um traficante.

O governo não disponibilizou formação especializada para agentes de aplicação da lei em matéria de investigação e processamento de crimes de tráfico. A Polícia Judicial disponibilizou acções de formação geral em protecção infantil a novos membros da sua Brigada de Mulheres e Menores, uma unidade integrada por 10 pessoas e incumbida da investigação de crimes contra as mulheres e menores, abrangendo o tráfico. A unidade possuía apenas um veículo e não recebeu um orçamento operacional e, portanto, actuou com um foco específico em Bissau, o que impediu a sua investigação da mendicância infantil forçada nas regiões Leste e denúncias de tráfico de sexo infantil nas Bijagós. O governo não relatou quaisquer investigações, processos nem condenações de funcionários públicos cúmplices em crimes de tráfico de pessoas. No entanto, a corrupção e a cumplicidade de autoridades em crimes de tráfico permaneceu preocupante, inibindo a acção por parte dos agentes de cumprimento da lei durante o período em análise. Os observadores relataram que alguns agentes da polícia e guardas das fronteiras poderão ter recebido subornos de traficantes.

## **PROTECÇÃO**

O governo empreendeu esforços mínimos no sentido de identificar e proteger vítimas. Não relatou ter identificado quaisquer vítimas de tráfico durante o período em análise e contou com as ONG para a prestação de serviços às vítimas; este apoio foi disponibilizado tanto a vítimas nacionais como estrangeiras. O governo manteve a contribuição anual de cinco milhões de francos CFA da África Ocidental (\$7.998) a uma ONG a cargo de, pelo menos, 155 vítimas do tráfico, durante o período em análise. Contudo, estas duas instalações da ONG encontravam-se

de tal forma sobrelotadas e subfinanciadas que alguns voluntários do abrigo disponibilizaram as suas próprias casas para alojar vítimas temporariamente. Havia apenas abrigos disponíveis para vítimas menores e não havia serviços específicos de tráfico. Em Bissau, as ONG reportaram que tanto agentes de cumprimento da lei como os seus próprios quadros deixaram vítimas identificadas de mendicância forçada com os *marabutos* que as exploravam por não haver abrigos disponíveis.

O governo não disponibilizou serviços de protecção aos mais de 310 rapazes guineenses forçados a mendigar em escolas corânicas em Dakar, que haviam sido identificados em 2016 pelas autoridades senegalesas e pelas ONG. Não obstante a escassez de recursos, o comité interministerial trabalhou em colaboração com uma organização internacional na elaboração de uma proposta de curto prazo para apoiar algumas destas vítimas. O Instituto da Mulher e Crianças (IMC), uma ONG, e uma organização internacional executaram os planos, financiados por uma organização internacional e repatriaram 34 *talibés* durante o período em análise. Uma ONG guineense forneceu serviços de repatriamento e de emergência e reunificação familiar a 121 vítimas adicionais das 310. Uma vez que carecia de verbas e quadros para disponibilizar reabilitação prolongada e monitorização familiar, a ONG devolveu todos os *talibés* explorados às suas famílias, mesmo quando os pais eram cúmplices na exploração dos filhos.

Não havia meios para as vítimas poderem obter reparação por parte do governo ou interpor processos civis contra os seus traficantes. Não havia alternativas jurídicas para a extradição para países nos quais as vítimas enfrentariam dificuldades ou represálias. Não houve indícios de que o governo tenha detido, multado ou de qualquer outra forma penalizado vítimas do tráfico por actos ilícitos perpetrados como consequência directa de terem sido sujeitas a tráfico; no entanto, devido à ausência de procedimentos escritos para a identificação de vítimas do tráfico, é possível que algumas tenham sido inadvertidamente penalizadas.

## **PREVENÇÃO**

O governo intensificou os esforços para prevenir o tráfico de pessoas. Ao contrário de anos anteriores, o Comité Interministerial — o qual é dirigido pelo IMC e integra agências governamentais, ONG e grupos religiosos — reuniu-se várias vezes durante o período em análise, primordialmente para elaborar propostas de curto e longo prazo para o repatriamento e reintegração sustentável de *talibés* guineenses explorados, identificados no Senegal. Embora o governo tenha trabalhado em colaboração com doadores para implementar a proposta de curto prazo, a proposta de longo prazo não foi financiada e persistiram fragilidades na resposta geral do governo para fazer face ao tráfico transnacional de guineenses e elaboração de um programa nacional eficaz de combate ao tráfico. O IMC, o Ministério da Justiça e uma ONG começaram a elaborar um plano para efectuar registos de nascimentos gratuitos a todas as vítimas de tráfico repatriadas do Senegal em 2016; no entanto, o plano não foi concluído durante o período em

análise. O governo contava com um plano que abrangia de 2015 a 2018 para fazer face ao tráfico, liderado pelo IMC, e envidou alguns esforços para pô-lo em prática durante o período em análise. Alguns ministérios específicos trabalharam em coordenação com ONG e grupos da sociedade civil para sensibilizar autoridades ministeriais, governadores regionais e líderes religiosos sobre esta questão e fortalecer parcerias em matéria de esforços de combate ao tráfico em toda a região. O governo disponibilizou algum financiamento básico para o plano, numa base *ad hoc*.

O IMC e o Ministério do Turismo elaboraram um Código de Conduta contra a exploração sexual pelo sector de turismo para sensibilizar o público sobre a exploração sexual infantil em Bissau e nas Bijagós e incentivar os hotéis a combater estes crimes. O governo aprovou o código, em Agosto de 2016, mas não deu passos tangíveis para a respectiva execução. A Assembleia Nacional disponibilizou espaço de escritório e apoio técnico para o Parlamento Nacional Infantil, uma organização para os jovens que realizou uma campanha de sensibilização sobre turismo de sexo infantil durante a época alta de turismo nas Bijagós. A Inspeção-Geral do Trabalho, sediada no âmbito do Ministério da Função Pública, Trabalho e Modernização do Estado, não recebeu afectações orçamentais regulares do governo e carecia de recursos para investigar violações em todo o país. O governo não envidou esforços para reduzir a procura de sexo comercial ou trabalho forçado. O governo não disponibilizou formação em combate ao tráfico para os seus quadros diplomáticos.

## PERFIL DO TRÁFICO

Consoante relatado nos últimos cinco anos, a Guiné-Bissau é um país de origem para crianças sujeitas a trabalho forçado e tráfico sexual e um destino para rapazes da África Ocidental explorados em trabalho forçado, nomeadamente a mendicância forçada. Desconhece-se em que medida é que os adultos foram sujeitos a trabalho ou prostituição forçada. Muitos rapazes guineenses frequentam escolas corânicas dirigidas por *marabutos*. Alguns *marabutos* corruptos forçaram os seus alunos a mendigar e não lhes ofereceram educação. Os *marabutos* inescrupulosos forçam os rapazes guineenses das zonas rurais a mendigar nas cidades, nomeadamente no bairro Afia, em Bissau. Os traficantes são essencialmente homens provenientes das regiões de Bafatá e Gabu — geralmente anteriores *talibés* ou homens que alegam trabalhar para um *marabuto* — e são, regra geral, conhecidos no seio das comunidades nas quais operam. De forma crescente, os *marabutos* forçam rapazes guineenses, gambianos e serra-leoninos a mendigar em Bissau. Os *marabutos* corruptos exploram a debilidade das instituições e a porosidade das fronteiras para transportar grandes quantidades de rapazes guineenses para o Senegal e, em menor escala, para o Mali, Guiné e Gâmbia, para mendicância forçada em escolas corânicas. Os guineenses, primordialmente de Bafatá e Gabu, perfizeram 310 das 838 vítimas do tráfico identificadas em Dakar, no Senegal, entre Julho e Novembro de 2016. As ONG da Guiné-Bissau relataram que muitos dos *talibés* repatriados ficam extremamente vulneráveis à reincidência de tráfico.

Os rapazes guineenses são forçados ao comércio de rua na Guiné-Bissau e forçados a trabalhar nos sectores agrícola, de extracção mineira e do comércio de rua no Senegal, especialmente nas cidades do Sul do país, Kolda e Ziguinchor. Os rapazes da África Ocidental são forçados a colher castanha de caju na época de colheita da Guiné-Bissau e alguns são recrutados para trabalhar na colheita mas, em vez disso, são forçados a mendigar. As raparigas guineenses são forçadas a trabalhar no comércio de rua e trabalho doméstico na Guiné e no Senegal. Durante o período em análise, uma mulher guineense, que vivia no Luxemburgo, transportou a sua sobrinha para aquele país, com documentos falsos e forçou-a a trabalhar num restaurante. As raparigas guineenses são recrutadas por redes femininas senegalesas de tráfico, para trabalhar como modelos ou viajar em clubes de futebol mas, em seguida, são sujeitas ao tráfico de sexo no Senegal. As raparigas guineenses são exploradas no tráfico sexual em bares, clubes nocturnos e hotéis na Guiné-Bissau.

As raparigas guineenses das Bijagós e, em menor escala, raparigas e rapazes da região continental, são explorados pelo turismo sexual infantil nas Bijagós, um arquipélago ao largo da Guiné-Bissau que é distante da região continental e, em grande medida, desprovido de governo e de agentes de cumprimento da lei. Embora a escala deste problema seja desconhecida, é amplamente reconhecido no âmbito da sociedade civil, ONG e autoridades do governo de nível médio. Na maior parte dos casos, cidadãos franceses são donos de hotéis nas ilhas e, recorrendo a intermediários guineenses exploram raparigas das ilhas, na faixa etária dos 13 aos 17 anos, para turistas de sexo infantil europeus, nomeadamente franceses e belgas. Fontes internacionais noticiam que estes mesmos proprietários de hotéis oferecem emprego e apoio significativo às comunidades das ilhas, exercendo assim uma influência que dissuade as vítimas de notificar as autoridades de cumprimento da lei. As famílias pobres podem incentivar os filhos a sujeitarem-se a esta exploração para ganho financeiro. Os homens guineenses da região continental fomentam a procura local por sexo comercial nas ilhas. Houve relatos de cumplicidade por parte de autoridades no tráfico de pessoas no seio de autoridades governamentais e do judiciário. O sistema judicial da Guiné-Bissau carecia de capital humano e físico suficiente para funcionar apropriadamente e a corrupção permaneceu generalizada.